

RELATÓRIO DE ATIVIDADES **2023**

3ª CÂMARA
DE COORDENAÇÃO E REVISÃO

CONSUMIDOR E
ORDEM ECONÔMICA



RELATÓRIO DE ATIVIDADES **2023**

3ª CÂMARA
DE COORDENAÇÃO E REVISÃO

CONSUMIDOR E
ORDEM ECONÔMICA

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

Procurador-Geral da República

Paulo Gustavo Gonet Branco

Vice-Procurador-Geral da República

Hindenburg Chateaubriand Pereira Diniz Filho

Vice-Procurador-Geral Eleitoral

Alexandre Espinosa Bravo Barbosa

Ouvidor-Geral do Ministério Público Federal

Brasilino Pereira dos Santos

Corregedora-Geral do Ministério Público Federal

Célia Regina Souza Delgado

Secretária-Geral

Eliana Péres Torelly de Carvalho



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
3ª CÂMARA DE COORDENAÇÃO E REVISÃO

RELATÓRIO DE ATIVIDADES **2023**

3ª CÂMARA
DE COORDENAÇÃO E REVISÃO

CONSUMIDOR E
ORDEM ECONÔMICA

BRASÍLIA
MPF
2024

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

B823r

Brasil. Ministério Público Federal. Câmara de Coordenação e Revisão, 3. Relatório anual de atividades 2023 – Brasília : MPF, 2024.

42 p. : gráfs. .

Disponível em: <https://www.mpf.mp.br/atuacao-tematica/ccr3/documentos-e-publicacoes/relatorio-de-atividades>.

1. Ministério Público Federal - relatório. 2. Direito do consumidor. 3. Ordem econômica – Brasil. I. Título.

CDDir 341.413

Elaborado por Gisele Bornacki Costa – CRB1/2076

Coordenação, elaboração e organização
3ª Câmara de Coordenação e Revisão

Membros Titulares

Coordenador – Luiz Augusto Santos Lima
Subprocurador-Geral da República

José Elaeres Marques Teixeira
Subprocurador-Geral da República

Rogério de Paiva Navarro
Subprocurador-Geral da República

Membros Suplentes

Waldir Alves
Procurador Regional da República

Humberto Jacques de Medeiros
Subprocurador-Geral da República

Lafayette Josué Petter
Procurador Regional da República

Planejamento visual, revisão e diagramação
Secretaria de Comunicação Social (Secom)

Normalização Bibliográfica
Coordenadoria de Biblioteca e Pesquisa (Cobip)

PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA
SAF Sul Quadra 4 Conjunto C.
CEP: 70050-900 – Brasília-DF
Tel: +55 61 3105.5100

SUMÁRIO

	APRESENTAÇÃO	7
1	ATRIBUIÇÕES	9
2	COMPOSIÇÃO	11
2.1	Colegiado	11
2.2	Representantes nas unidades da Federação	11
2.3	Grupos de Trabalho	12
2.3.1	Composição dos Grupos de Trabalho	13
2.4	Organograma	17
2.5	Equipe	18
3	ATIVIDADES.....	19
3.1	Coordenação	19
3.1.1	Sessões de Coordenação	19
3.1.2	Principais Temas de Atuação	20
3.2	Revisão.....	25
3.2.1	Estatísticas.....	25

3.3 Gestão 31

3.3.1 Agenda de Trabalhos e Eventos 31

3.3.2 Gestão Orçamentária 31

3.3.3 Gestão de Pessoas 34

3.3.4 Gestão de Documentos 34

3.3.5 Gestão de Materiais e Patrimônio 36

3.3.6 Gestão da Informação 37

4 ATUAÇÃO PARA 2024 40

APRESENTAÇÃO

O relatório tem por objetivo divulgar a atuação da 3ª Câmara de Coordenação e Revisão (3ª CCR/MPF) durante o ano de 2023. A agenda de temas prioritários da Câmara teve foco no desenvolvimento econômico e social do país, por meio da promoção e participação em audiências públicas, expedição de notas técnicas, informações técnicas, reuniões, celebração de acordos e realização de *workshops*. Além disso, a 3ª CCR implementou várias ações em suas temáticas de trabalho ao longo do ano, mediante atuação do coordenador e dos grupos de trabalho (GTs) e interações com atores internos e externos.

Destaca-se, por exemplo, o trabalho do GT Planos de Saúde no acompanhamento da atualização legislativa quanto às obrigações de cobertura dos planos de saúde. O debate sobre o tema é de grande relevância, tendo, inclusive, desdobramentos recentes após discussão, no Superior Tribunal de Justiça, sobre o caráter taxativo ou exemplificativo do rol de procedimentos a serem garantidos pelos planos de saúde.

Na temática transportes salienta-se o acompanhamento, pela 3ª CCR, das alterações regulatórias no setor de Transporte Rodoviário Interestadual de Passageiros após a mudança legislativa promovida em 2014. Essas mudanças envolvem desde o modelo de operação dos agentes privados (alteração de permissão para autorização) até os direitos básicos dos usuários-consumidores.

Da mesma forma, merece ênfase a atuação do GT Agronegócio. Desde 2022, a Câmara acompanha o tema produção nacional de fertilizantes, com enfoque no risco que a atual dependência de importação representa ao setor agrícola. Em fevereiro e em julho de 2023, o Órgão Colegiado da 3ª CCR enviou à Câmara dos Deputados nota técnica produzida pelo GT Agronegócio, na qual foram analisados os efeitos econômicos no agronegócio decorrentes da instituição

do Programa de Desenvolvimento da Indústria de Fertilizantes (Profert), objeto do Projeto de Lei nº 3.507/2021. Além disso, em novembro do mesmo ano, foi realizada reunião desse GT com a deputada relatora do referido projeto de lei no intuito de reforçar o entendimento do MPF no debate legislativo sobre o tema. Como resultado, houve contribuição técnica do MPF no debate legislativo, tendo, inclusive, recebido aprovação do parecer favorável emitido pela relatora, após a reunião com o GT.

Também com o objetivo de debater temas de grande relevância, a Câmara promoveu a realização de cinco *workshops* abordando sete temas: Mineração, Planos de Saúde, Sistema Financeiro Nacional, Mercado de Capitais e Defesa da Concorrência, Transportes, Tecnologias da Informação da Comunicação e Consumidor. Os eventos contaram com a participação de autoridades dos Ministérios de Minas e Energia, das Comunicações e dos Transportes, de autoridades reguladoras como da ANM, da ANS, da ANPD, do Banco Central, da CVM, da ANTT, além de representantes do BNDES, da Senacon, do Cade, do TCU e da Febraban. Os eventos também reuniram empresas dos setores de saúde, de transportes, fintechs e bancos.

Por fim, em 2023, com objetivo de fortalecer o compromisso do Ministério Público com a preservação do meio ambiente marítimo aliada ao desenvolvimento social e à exploração econômica sustentável da zona econômica exclusiva brasileira em águas oceânicas – conhecida como Amazônia Azul, ocorreu o lançamento do Projeto “O MP em Defesa da Amazônia Azul”, de iniciativa do procurador-geral da República, com participação e apoio da 3ª CCR.

1 ATRIBUIÇÕES

As Câmaras de Coordenação e Revisão (CCRs), conforme estabelece a Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993, “são órgãos setoriais de coordenação, integração e revisão do exercício funcional”.

Nos termos da Resolução do Conselho Superior do Ministério Público Federal (CSMPF) nº 145, de 5 de agosto de 2013, compete à 3ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal (3ª CCR) atuar no acompanhamento e monitoramento dos serviços instituídos pela União relativos à atividade econômica e financeira e à defesa do consumidor, respeitadas as atribuições do promotor natural, e, conforme o caso, mediante a adoção de medidas corretivas com vistas a sua regularidade. Nesse sentido, dispõe o art. 5º da citada resolução:

Art. 5º No exercício da sua competência legal (art. 62 da LC 75/93), cabe à 3ª Câmara adotar as medidas extrajudiciais, específicas ou correlatas, e compatíveis com as suas funções, necessárias para acompanhar, monitorar ou corrigir a regularidade dos serviços instituídos pela União relativos à atividade econômica e financeira e à defesa do consumidor, respeitadas as atribuições do promotor natural.

Inserir-se no escopo de atuação da 3ª CCR a tutela dos fundamentos e princípios que determinam a política econômica estatal e a atividade econômica do setor privado,¹ dispostos no Capítulo I – Dos Princípios Gerais da Atividade Econômica, Título VII – Da Ordem Econômica e Financeira, da Constituição Federal de 1988.²

1 BARROSO, Luís Roberto. A Ordem Econômica Constitucional e os Limites à Atuação Estatal no Controle de Preços. **Revista Eletrônica de Direito Administrativo Econômico**, Maio/Jun./Jul. 2008. Disponível em: <http://www.direitodoestado.com/revista/REDAE-14-MAIO-2008-LUIS%20ROBERTO%20BARROSO.pdf>. Acesso em: 8 mar. 2017.

2 Art. 170. A ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, tem por fim assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social, observados os seguintes princípios:

- I - soberania nacional;
- II - propriedade privada;
- III - função social da propriedade;
- IV - livre concorrência;
- V - defesa do consumidor;

A título de exemplo, no amplo espectro de atuação possível da 3ª Câmara, podem-se listar os seguintes temas:

- Políticas de Energia e Mineração;
- Políticas de Defesa da Concorrência, Consumidor e Defesa Comercial;
- Políticas de Telecomunicações;
- Políticas de Sistema Financeiro Nacional;
- Políticas de Transportes e Portos;
- Políticas de Saúde Suplementar (Planos de Saúde) e Vigilância Sanitária;
- Políticas Agrícola e Reforma Agrária;
- Políticas de Desenvolvimento Urbano;
- Políticas de Desenvolvimento Científico, Pesquisa e Capacitação Tecnológica;
- Políticas de Desenvolvimento Industrial, Comercial e Turismo;
- Políticas de Desenvolvimento Regional;
- Políticas de Expansão do Emprego e da Renda e de Integração;
- Políticas de Assistência aos Pequenos e Médios Negócios; e
- Políticas de Comércio Exterior.

Considerando os limites de atribuição do MPF, a atuação da Instituição na temática está fortemente concentrada em setores em que se têm a participação direta ou indireta do Estado na provisão de serviços. Em regra, alcança predominantemente serviços públicos federais e outros serviços regulados por órgãos públicos federais, incluindo todos os serviços e infraestruturas ofertados por empresas públicas, concessionárias, permissionárias, autorizatárias.

VI - defesa do meio ambiente, inclusive mediante tratamento diferenciado conforme o impacto ambiental dos produtos e serviços e de seus processos de elaboração e prestação; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 42, de 19.12.2003)

VII - redução das desigualdades regionais e sociais;

VIII - busca do pleno emprego;

IX - tratamento favorecido para as empresas de pequeno porte constituídas sob as leis brasileiras e que tenham sua sede e administração no País. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 6, de 1995)

Parágrafo único. É assegurado a todos o livre exercício de qualquer atividade econômica, independentemente de autorização de órgãos públicos, salvo nos casos previstos em lei.

2 COMPOSIÇÃO

2.1 Colegiado

O Colegiado da 3ª CCR é composto por membros do MPF, preferencialmente subprocuradores-gerais da República, dos quais três são titulares e três são suplentes, com mandato de dois anos. Com a aposentadoria do subprocurador-geral da República, Alcides Martins, foi nomeado para o Colegiado o subprocurador-geral da República, José Elaeres Marques Teixeira.

A Portaria PGR/MPF nº 981/2023 – CSMPF tornou pública a atual composição do Colegiado:

Membros Titulares	
Luiz Augusto Santos Lima (Coordenador)	Subprocurador-Geral da República (PGR/Brasília)
José Elaeres Marques Teixeira	Subprocurador-Geral da República (PGR/Brasília)
Rogério de Paiva Navarro	Subprocurador-Geral da República (PGR/Brasília)
Membros Suplentes	
Waldir Alves	Procurador Regional da República (PRR-4ª Região/Porto Alegre)
Humberto Jacques de Medeiros	Subprocurador-Geral da República (PGR/Brasília)
Lafayette Josué Petter	Procurador Regional da República (PRR-4ª Região/Porto Alegre)

2.2 Representantes nas unidades da Federação

A 3ª CCR é representada nas unidades da Federação pelos membros relacionados na tabela:

Unidade	Titular	Substituto(a)
PR-AC	Lucas Costa Almeida Dias	Vitor Hugo Caldeira Teodoro
PR-AL	Niedja Gorete de Almeida Rocha Kaspary	Julia Wanderley Vale Cadete
PR-AP	Aloizio Brasil Biguelini	Alexandre Pereira Guimarães
PR-AM	Thiago Coelho Sacchetto	Igor Jordão Alves

Unidade	Titular	Substituto(a)
PR-BA	Edson Abdon Peixoto Filho	Leandro Bastos Nunes
PR-CE	Oscar Costa Filho	Fernando Antônio Negreiros Lima
PR-DF	Paulo José da Rocha Júnior	Paulo Roberto Galvão de Carvalho
PR-ES	Fabício Caser	Elisandra de Oliveira Olímpio
PR-GO	Mariane Guimarães de Mello Oliveira	João Gustavo de Almeida Seixas
PR-MA	Hilton Araújo de Melo	Marcelo Santos Correa
PR-MT	Matheus de Andrade Bueno	Ludmila Bortoleto Monteiro
PR-MS	Pedro Paulo Grubits G. de Oliveira	Sergio Atilio Thom Zago
PR-MG	Luciana Sperb Duarte Vassali	Isabela de Holanda Cavalcanti
PR-PA	Patrick Menezes Colares	Manoela Lopes Lamenha Lins Cavalcante
PR-PB	Djalma Gusmão Feitosa	Renan Paes Felix
PR-PR	Renita Cunha Kravetz	-
PR-PE	Pedro Jorge do Nascimento Costa	-
PR-PI	Alexandre Assunção e Silva	Tranvanvan da Silva Feitosa
PR-RJ	José Gomes Riberto Schettino	Cláudio Gheventer
PR-RN	Maria Clara Lucena Dutra de Almeida	Clariser Azevedo Cavalcante de Moraes
PR-RS	Jorge Irajá Louro Sodre	Silvana Mocellin
PR-RO	Leonardo Trevizani Caberlon	Raphael Luís Pereira Viláqua
PR-RR	Osvaldo Poll Costa	Miguel de Almeida Lima
PR-SC	Carlos Augusto de Amorim Dutra	-
PR-SP	Karen Louise Jeanette Kahn	Patrick Montemor Ferreira
PR-SE	Igor Miranda da Silva	Martha Carvalho Dias de Figueiredo
PR-TO	Patricia Daros Xavier	Rodrigo Mark Freitas

2.3 Grupos de Trabalho

As Câmaras de Coordenação e Revisão atuam com o auxílio de grupos de trabalho (GTs), formados por membros do MPF com conhecimento e/ou experiência em matérias específicas. No âmbito da 3ª CCR, os grupos são constituídos após chamamento público e os membros traba-

lham voluntariamente, atuando em temas técnicos. Os GTs assumem relevante importância e contribuem por meio de “proposição de instrumentos, medidas e dinâmicas relativas ao incremento da eficácia da atuação temática da Câmara, participação em atividades de representação e outras tarefas”, nos termos da Resolução do CSMFP nº 145/2013.

Os temas da 3ª CCR são amplos e de natureza complexa. Em 2023, a 3ª CCR contou com a atuação de nove grupos de trabalho.

2.3.1 Composição dos Grupos de Trabalho

GT Telecomunicações

Integrantes	Lotação
João Paulo Lordelo Guimarães (coordenador)	PR/RS
Paulo José Rocha Júnior (coordenador substituto)	PR/DF
Waldir Alves	PRR/4ª REGIÃO/RS
Estevan Gavioli da Silva	PR/RS
Victor Carvalho Veggi	PR/PB
Higor Rezende Pessoa	PRM/MOSSORÓ/RN

GT Tecnologias da Informação e Comunicação

Integrantes	Lotação
Marcos Antonio da Silva Costa (coordenador)	PRR/5ª Região
Carlos Bruno Ferreira da Silva (coordenador substituto)	PR/MG
Luiz Fernando Gaspar Costa	PR/SP
Paulo José Rocha Júnior	PR/DF
Yuri Corrêa da Luz	PR/SP
Bruno Galvão Paiva	PR/PB
Rodrigo Gomes Teixeira	PR/PB
Victor Carvalho Veggi	PR/PB

GT Transportes

Integrantes	Lotação
Fernando de Almeida Martins (coordenador)	PRR/6ª Região
Maria Emília Moraes de Araújo (coordenadora substituta)	PGR
Osmar Veronese	PRM/Santo Ângelo/RS
Tiago Alzuguir Gutierrez	PRM/Joinville/SC
Anna Carolina Resende Maia Garcia	PR/DF
Thiago Lacerda Nobre	PRM/Santos/SP
Luciana Fernandes Portal Lima Gadelha	PRM/Petrópolis/RJ
Paulo Roberto Sampaio Anchieta Santiago	PRM/Guarulhos/SP
Marcelo Antônio Ceará Serra Azul	PRR/1ª Região
Isabela de Holanda Cavalcanti	PR/MG

GT Mercado de Capitais, Defesa da Concorrência e Propriedade Intelectual

Integrantes	Lotação
Lincoln Pereira da Silva Meneguim (coordenador)	PR/SP
Márcio Schusterschitz da Silva Araújo (coordenador substituto)	PR/SP
Waldir Alves	PRR/4ª Região
Márcio Barra Lima	PRR/2ª Região
Adjame Alexandre Gonçalves Oliveira	PRM/Taubaté/SP
Karen Louise Jeanette Kahn	PR/SP
André Bueno da Silveira	PRM/Santos/SP
André Batista e Silva	PRM/Floriano/PI
Fernando Antônio de Alencar Alves de Oliveira Júnior	PR/DF

GT Sistema Financeiro Nacional

Integrantes	Lotação
Alfredo Carlos Gonzaga Falcão Jr (coordenador)	PR/PE
Cláudio Gheventer (coordenador substituto)	PR/RJ

Integrantes	Lotação
Rodrigo Mark Freitas	PR/RR
José Gomes Riberto Schettino	PR/RJ
Hugo Elias Silva Charchar	PR/PA
Paulo Roberto Galvão de Carvalho	PR/DF
Onésio Soares Amaral	PRM/Uberlândia/MG

GT Planos de Saúde

Integrantes	Lotação
Hilton Araújo de Melo (coordenador)	PR/MA
Fabiano de Moares (coordenador substituto)	PRM/Caxias do Sul – RS
Marcus Vinícius Aguiar Macedo	PRR/4ª Região
Niedja Gorete de Almeida Rocha Kaspary	PR/AL
Thiago Pinheiro Corrêa	PR/SP
Maria Clara Barros Noleto	PR/DF
Caroline de Fátima Helpa	PRM/Paraná/RO

GT Energia e Combustíveis

Integrantes	Lotação
João Raphael Lima (coordenador)	PRM/Guarabira – PB
Roberto Moreira de Almeida (coordenador substituto)	PRR/5ª Região
Waldir Alves	PRR/4ª Região
Paulo José da Rocha Júnior	PR/DF
Andrea Walmsley Soares Carneiro	PR/PE
Ricardo Perin Nardi	PRM/Campinas/SP
Hugo Elias Silva Charchar	PRM/Santarém/PA
Márcio Schusterschitz da Silva Araújo	PR/SP
Aloizio Brasil Biguelini	PR/AP

GT Consumidor

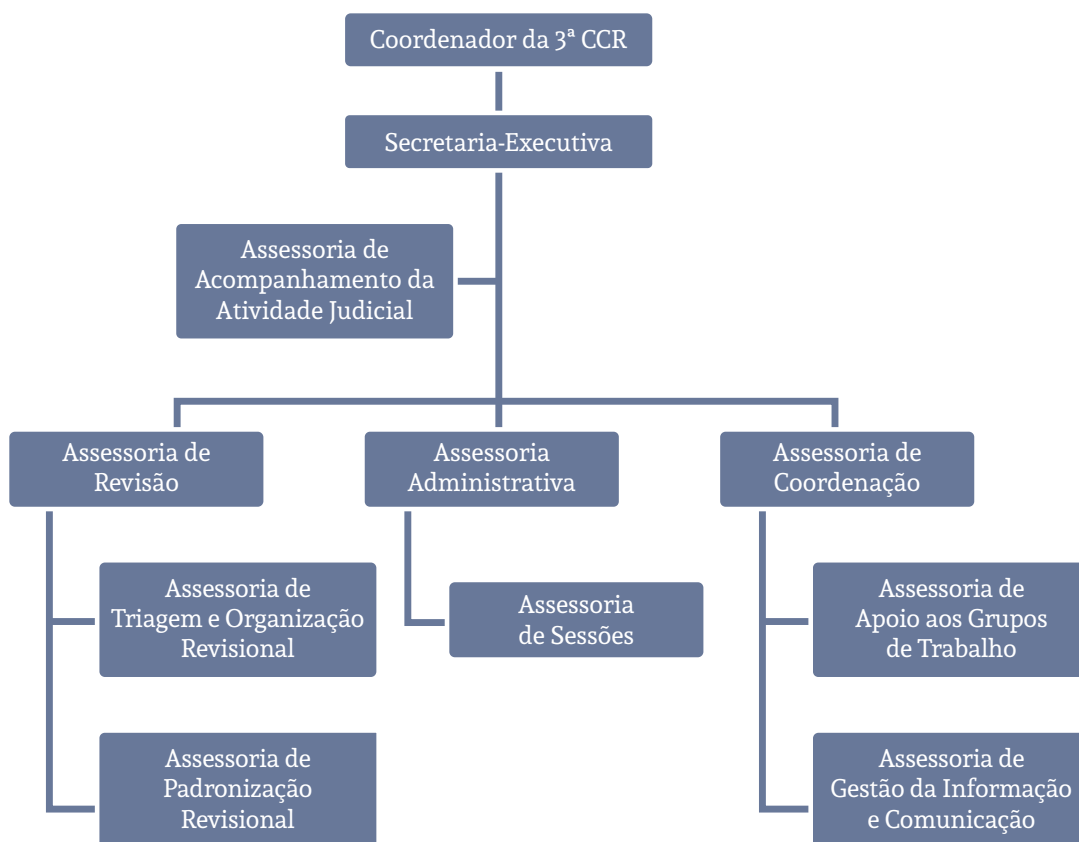
Integrantes	Lotação
Victor Nunes Carvalho (coordenador)	PRM/Barra do Garças/MT
Sergio Atilio Thom Zago (coordenador substituto)	PRM/Dourados/MS
Mariane Guimarães de Mello Oliveira	PR/GO
Anna Carolina Resende Maia Garcia	PR/DF
Oswaldo Poll Costa	PR/RR
Thiago Coelho Sacchetto	PR/AM
Cynthia Arcoverde Ribeiro Pessoa	PRM/Campina Grande/PB
Thomaz Muylaert de Carvalho Brito	PRM/Imperatriz/MA
Maria Emilia Moraes de Araújo (colaboradora)	PGR

GT Agronegócio

Integrantes	Lotação
Gilberto Batista Naves Filho (coordenador)	PRM Altamira/PA
Waldir Alves (coordenador substituto)	PRR/4ª Região
Marcus Vinícius Aguiar Macedo	PRR/4ª Região
Fernando de Almeida Martins	PRR/6ª Região
Karine Suzan Hoffstaeter Boteon	PRM Altamira/PA
Michel François Drizul Havrenne	PR/SP
Lafayette Josué Petter	PRR/4ª Região

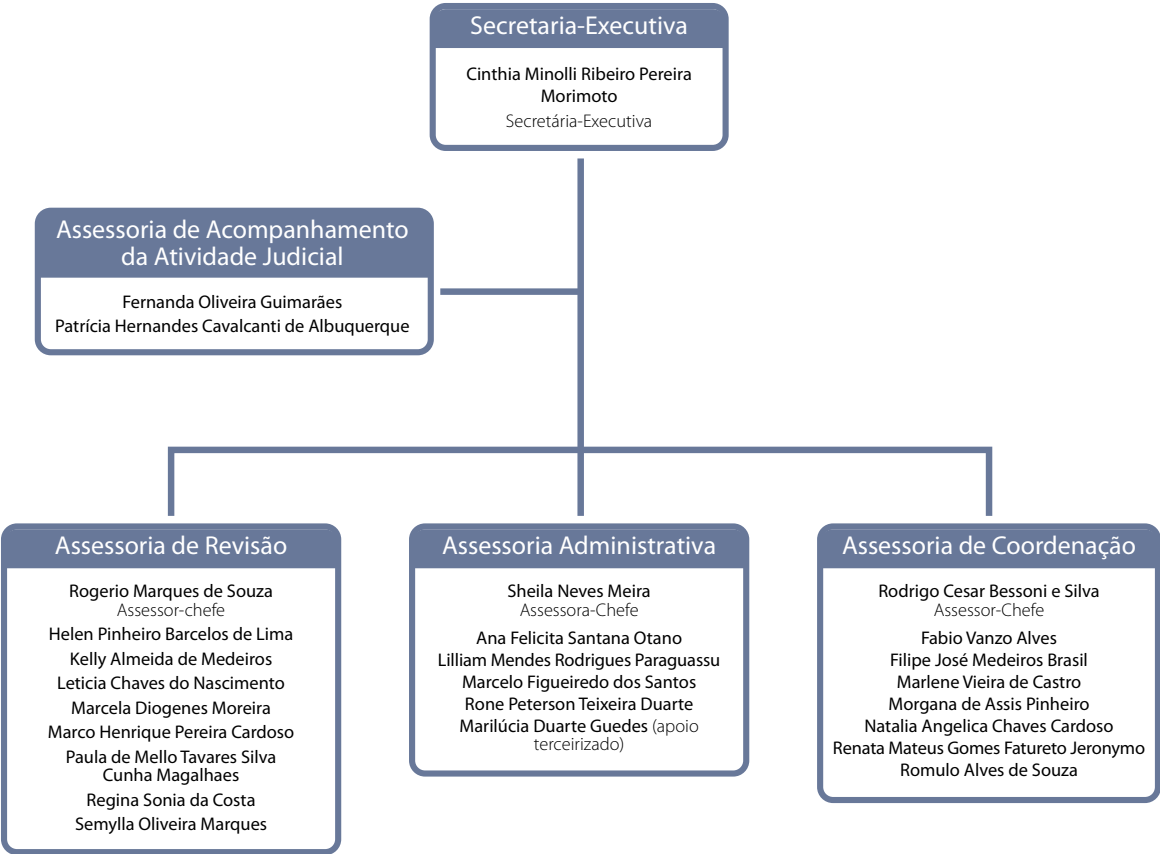
2.4 Organograma

A estrutura organizacional da 3ª CCR, nos termos da Resolução nº 145/2013, é constituída conforme ilustra o organograma a seguir:



2.5 Equipe

Ao final de 2023, a equipe da 3ª CCR era composta por 26 colaboradores, sendo 25 servidores e um colaborador terceirizado, distribuídos conforme descreve a figura a seguir:



3 ATIVIDADES

3.1 Coordenação

As atividades de coordenação da 3ª CCR envolveram a promoção de *workshops* temáticos para debate de temas relevantes com vistas ao desenvolvimento econômico nacional e o fortalecimento da atuação dos grupos de trabalho. Foi formulada uma nova agenda de temas prioritários de coordenação e foram estabelecidos métodos de trabalho que incentivam a interlocução dos membros do MPF com especialistas e atores relevantes nos setores econômicos acompanhados pela Câmara.

3.1.1 Sessões de Coordenação

Ao longo de 2023, o Colegiado da 3ª Câmara realizou nove sessões de coordenação indicadas na tabela a seguir:

Sessão Ordinária	Mês	Data da Sessão Presencial
1ª Sessão Ordinária de Revisão	Fevereiro	15/2/2023
2ª Sessão Ordinária de Revisão	Março	29/3/2023
3ª Sessão Ordinária de Revisão	Abril	24/4/2023
4ª Sessão Ordinária de Revisão	Maio	30/5/2023
5ª Sessão Ordinária de Revisão	Junho	27/6/2023
6ª Sessão Ordinária de Revisão	Agosto	23/8/2023
7ª Sessão Ordinária de Revisão	Setembro	20/9/2023
8ª Sessão Ordinária de Revisão	Outubro	18/10/2023
9ª Sessão Ordinária de Revisão	Novembro	22/11/2023

3.1.2 Principais Temas de Atuação

a) Telecomunicações

O Grupo de Trabalho Telecomunicações teve sua composição renovada em setembro de 2023. Ato contínuo, os membros elegeram novos temas prioritários para acompanhamento, quais sejam, medidas de prevenção contra a prática de abuso de serviços de telefonia, telemarketing e uso do 0800 e SMS para fraudes; processos de concorrência e compartilhamento da atual infraestrutura de telecomunicações; compromissos de Inclusão Digital; revisão dos normativos "Direito dos Consumidores" e "Regulamento de Qualidade dos Serviços de Telecomunicações (RQUAL)"; processo de relicitação para outorga da concessão do STFC ou a sua conversão em autorização. Além disso, o GT agendou reunião com a Anatel e deu início à programação de *workshop* temático a ser realizado em abril de 2024.

b) Tecnologias da Informação e da Comunicação

O Grupo de Trabalho Tecnologias da Informação e da Comunicação acompanha temas prioritários, tais como Política Nacional de Proteção de Dados Pessoais, regulamentação da Inteligência Artificial no Brasil, participação do Brasil na Convenção 108+ do Conselho Europa e Universalização de Acesso à Internet. No processo de acompanhamento desses temas, o GT realizou reunião com representantes da Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD) e da Divisão de Direitos Humanos do Itamaraty. Participou ainda do Seminário “A Construção do Marco Regulatório da Inteligência Artificial no Brasil”, promovido pelo Conselho da Justiça Federal, e das reuniões da Câmara de Universalização e Inclusão Digital do Comitê Gestor da Internet no Brasil (CGI.br).

Além do mais, a 3ª Câmara organizou e promoveu, no dia 28 de setembro, *workshop* para debater temas de Tecnologias da Informação e da Comunicação, com a participação de membros do TCU, do CGI.br, da ANPD e da academia (UFPE, UFAL e FGV).

c) Transportes

A 3ª Câmara acompanha as alterações regulatórias no setor de Transporte Rodoviário Interestadual de Passageiros desde a mudança legislativa promovida em 2014. Essas mudanças envolvem desde o modelo de operação dos agentes privados (alteração de permissão para autorização) até os direitos básicos dos usuários-consumidores.

Em 2023, os Grupos de Trabalho Transportes e Consumidor, ambos da 3ª Câmara, expediram nota técnica para analisar a regulamentação referente à concessão de gratuidades no Transporte Rodoviário Interestadual de Passageiros, que foi encaminhada à Agência Nacional de Transportes Terrestres. Como resultado, houve a efetiva contribuição técnica do MPF à proposta de alteração do marco regulatório apresentada na Audiência Pública nº 6/2022 da ANTT.

Com ênfase em outros aspectos no Transporte Rodoviário Interestadual de Passageiros, a 3ª Câmara de Coordenação e Revisão produziu Informação técnica para analisar a proposta de marco regulatório do Transporte Rodoviário Interestadual de Passageiros (TRIP), apresentada pela Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) ainda no bojo da Audiência Pública nº 6/2022 da ANTT. As novas contribuições subsidiaram atuação de membros do MPF na matéria e são acompanhadas no âmbito dos Grupos de Trabalho Transportes e Mercado de Capitais, Defesa da Concorrência e Propriedade Intelectual.

O GT Transportes manteve o acompanhamento de seus temas prioritários tradicionais, sobretudo envolvendo concessões de infraestruturas de transportes. Ainda, promoveu *workshop* nos dias 24 e 25 de agosto, que contou com a participação de representantes da ANTT, de empresas concessionárias de serviços de transportes, do Ministério dos Transportes do BNDES e do TCU.

d) Mercado de Capitais, Defesa da Concorrência e Propriedade Intelectual

O GT Mercado de Capitais, Defesa da Concorrência e Propriedade Intelectual efetivou a atuação interinstitucional da 3ª Câmara na temática por intermédio da participação no Conselho Nacional de Combate à Pirataria (CNCP), órgão consultivo vinculado ao Ministério da Justiça e Segurança Pública.

Iniciou o acompanhamento de novos temas prioritários: proposta de alterações na Lei das SAs (PL nº 2.925/2023), regulamentação da Lei nº 14.478/2022 (que criou diretrizes para a regulação de ativos virtuais) e acompanhamento dos aspectos concorrenciais do novo marco regulatório do transporte rodoviário interestadual de passageiros (TRIP).

Do mesmo modo, em parceria com o Grupo de Trabalho Sistema Financeiro Nacional, o GT organizou e promoveu, nos dias 28 e 29 de junho, o *workshop* “Sistema Financeiro Nacional e Mercado de Capitais”, que contou com a participação do procurador-geral da República, do Banco Central do Brasil, da Comissão de Valores Mobiliários, de representantes da B³, do Ministério da Cidadania, do mercado financeiro, do setor de construção civil e da academia.

e) Sistema Financeiro Nacional (SFN)

Além da realização do *workshop* “Sistema Financeiro Nacional e Mercado de Capitais”, o Grupo de Trabalho Sistema Financeiro Nacional representa o MPF no acompanhamento da Ação nº 08, da Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro (Enccla), na qualidade de um dos coordenadores da referida ação. O objetivo é avaliar riscos específicos do segmento de câmbio e buscar propor medidas para mitigação desses riscos, de caráter preventivo e repressivo. Como resultado da participação, a Ação nº 08, em conjunto com a Polícia Federal e o Banco Central, apresentaram tipologias e medidas de mitigação dos riscos, como a celebração de acordo entre as instituições envolvidas para reportar infrações no mercado de câmbio e a criação de novas normas penais na Lei de Crime contra o Sistema Financeiro, adequando a lei ao novo regulamento do mercado de câmbio (Lei nº 14.286/2021).

f) Planos de Saúde

O Grupo Planos de Saúde, da 3ª Câmara, organizou e promoveu o *workshop* de âmbito nacional “Agenda Regulatória da ANS e os Impactos aos Consumidores”, no Rio de Janeiro – RJ, com a participação da agência reguladora, de órgãos e entidades de defesa do consumidor, de operadoras de planos de saúde e de representante do Poder Judiciário, do Ministério Público Estadual e da área acadêmica.

No acompanhamento de temas prioritários, o GT participou da atualização legislativa quanto às obrigações de cobertura dos planos de saúde. O debate sobre o tema é de grande relevância, tendo, inclusive, desdobramentos recentes após a discussão, no Superior Tribunal de Justiça, sobre o caráter taxativo ou exemplificativo do rol de procedimentos a serem garantidos pelos planos de saúde.

No Congresso Nacional, o tema é debatido no bojo do Projeto de Lei nº 7419/2006. Em interlocução com o relator da matéria na Câmara dos Deputados, a 3ª Câmara auxiliou na promoção de audiências públicas em outras capitais abrangendo cada região geográfica do país. Como resultado da colaboração, foram organizadas pelo MPF audiências públicas em Porto Alegre-RS e em Manaus-AM, com participação do relator do projeto e de representantes da sociedade civil, de órgãos e entidades de defesa do consumidor, de operadoras de planos de saúde e dos conselhos de profissionais (médicos, enfermeiros, nutricionistas, educadores físicos, terapeutas), o que ampliou o debate do projeto de lei pela sociedade.

Além disso, a 3ª Câmara promoveu ampla consulta e publicidade da matéria para os membros do MPF e dos Ministérios Públicos estaduais, solicitando inclusive o envio de contribuições que julgassem pertinentes. Como resultado dessa ação, houve o recebimento de contribuições, as quais foram encaminhadas à Câmara dos Deputados.

Complementarmente, o Grupo de Trabalho Planos de Saúde expediu Nota Técnica para consolidar o entendimento técnico-jurídico do MPF sobre o projeto de lei e oferecer contribuição ao debate no mérito. Como resultado dessa ação, a nota técnica foi encaminhada à Câmara dos Deputados, consolidando a participação do MPF no debate legislativo dessa matéria.

A 3ª Câmara ainda garantiu a participação do MPF nas câmaras técnicas do setor, indicando membros do GT Planos de Saúde para ocupar vagas na Câmara de Saúde Suplementar da ANS (CAMSS), na Câmara Técnica de Contratualização e Relacionamento com Prestadores (Catec) da ANS, no Grupo de Trabalho de Relacionamento com os Prestadores de Serviços de Saúde, no âmbito do Comitê de Padronização das Informações em Saúde Suplementar (Copiss) da ANS e na Comissão de Atualização do Rol de Procedimentos e Eventos em Saúde Suplementar (Cosaúde) da ANS.

g) Energia e Combustíveis

O Grupo de Trabalho Energia e Combustíveis promoveu interlocução com agentes do setor elétrico sobre a regularidade de disposições previstas na Resolução Normativa REN nº 1.059/2023, editada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), que regulamenta as condições para conexões e faturamento de centrais de geração distribuída, quanto à aplicação retroativa de regras a serem cumpridas por unidades de microgeração e minigeração distribuída já conectadas ao sistema elétrico, com produção de informação técnica a respeito do tema.

O GT ainda renovou seus temas para acompanhamento prioritário: exploração econômica da margem equatorial, definição do padrão de carregadores de carros elétricos, regras de leilões de contratação de geração e transmissão de energia, abertura do mercado livre de energia e os respectivos impactos aos consumidores, impacto da mistura de biodiesel no diesel, acompanhamento das políticas de produção nacional de fertilizantes NPK e renovação dos contratos de concessão de distribuição de energia elétrica com vencimentos entre 2025 e 2031.

h) Consumidor

O Grupo de Trabalho Consumidor manteve a constante atuação voltada à defesa de direitos dos consumidores, especialmente relativa a novos temas prioritários escolhidos ao final de 2022. São acompanhadas situações nos setores de telecomunicações, transporte aéreo e no Sistema Financeiro Nacional.

Quanto aos problemas enfrentados pelos passageiros no transporte aéreo, o GT avaliou o sistema de pontuação e precificação de milhas, buscando examinar se há abusividade na operação de programas de fidelidade. Realizou, ainda, reunião com a Anac para aferir a controversa iniciativa de concessionárias de aeroportos na instalação de cancelas eletrônicas de acesso e na respectiva cobrança nas áreas de embarque e desembarque. Também acompanhou, no Congresso Nacional e na Senacon, o modelo de negócios de vendas de passagens e pacotes flexíveis que, em muitas ocasiões, causaram prejuízos a consumidores.

No segmento de telecomunicações, o GT Consumidor acompanha as medidas cautelares impostas pela Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) no combate às chamadas abusivas de telemarketing, telecobrança e similares ("*robocalls*"). No âmbito financeiro, o GT manteve interlocuções com a Senacon no acompanhamento da implantação do Sistema Nacional Permanente de Prevenção e Tratamento do Superendividamento dos Consumidores com apresentação dos programas Desenrola Brasil e Renegocia! e com o lançamento do Portal do Superendividamento no site do Ministério da Justiça.

Além do acompanhamento dos temas prioritários, o GT Consumidor promoveu *workshop* temático no dia 29 de setembro, do qual participaram representantes do Cade, do TCU, do Ministério Público de Alagoas, do Tribunal de Justiça de Alagoas, da Senacon e da academia.

O GT Consumidor da 3ª CCR também conta com representante no Comitê Gestor da plataforma Consumidor.gov.br.

i) Agronegócio

Desde 2022, a 3ª Câmara de Coordenação e Revisão está acompanhando o tema da produção nacional de fertilizantes, com enfoque no risco que a atual dependência de importação representa ao setor agrícola. Em fevereiro e em julho de 2023, a 3ª Câmara enviou à Câmara dos Deputados nota técnica produzida por seu Grupo de Trabalho Agronegócio, na qual foram

analisados os efeitos econômicos no agronegócio decorrentes da instituição do Programa de Desenvolvimento da Indústria de Fertilizantes (Profert), objeto do Projeto de Lei nº 3.507/2021.

Além disso, em novembro foi realizada reunião do GT Agronegócio com a deputada relatora do PL nº 3.507/2021, para reforçar o entendimento do MPF sobre a matéria. Como resultado, houve contribuição técnica do MPF no debate legislativo sobre o tema, o qual permanece em tramitação, tendo inclusive recebido aprovação do parecer favorável emitido pela relatora após a reunião com o GT Agronegócio.

O GT Agronegócio ainda promoveu outras atividades com agentes relevantes do setor. Houve duas reuniões de interlocução institucional com o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), oportunidade em que foram discutidas as preocupações quanto à regulamentação da produção artesanal de alimentos, especialmente provenientes de pequenos e médios produtores agropecuários, e apresentado o panorama de temas que aquele Ministério destaca como possibilidades de aprimoramento das políticas públicas do setor. O grupo se reuniu com representante do Instituto Brasileiro de Direito do Agronegócio (IBDA) para discutir a regulamentação do mercado de carbono no Brasil.

3.2 Revisão

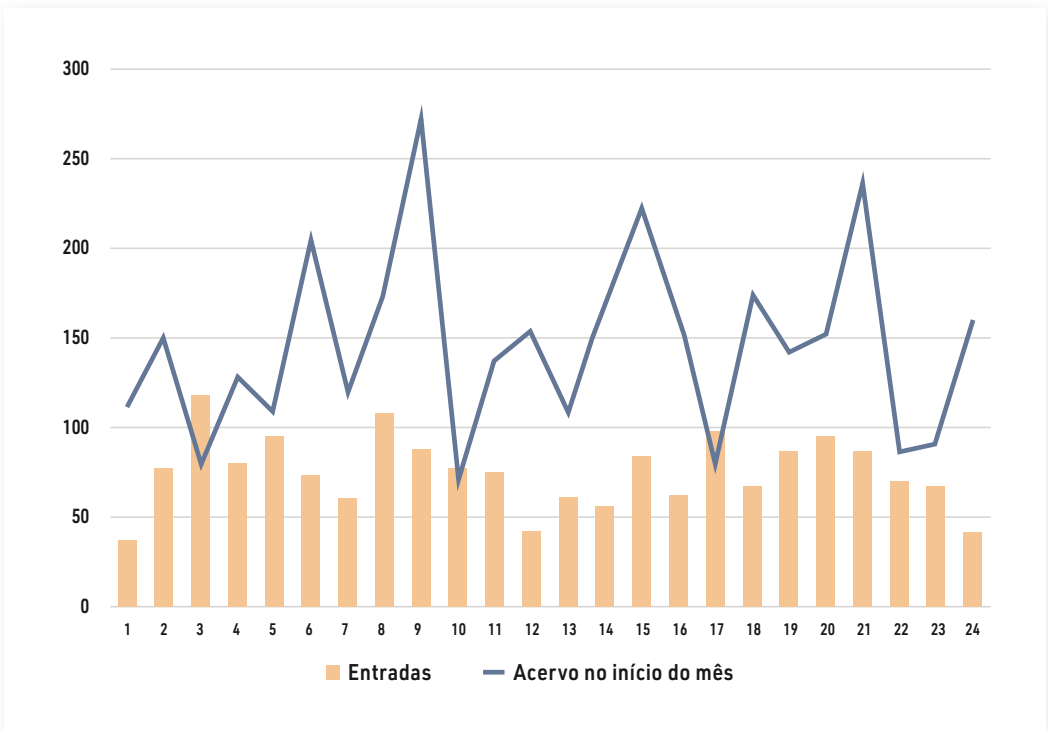
3.2.1 Estatísticas

Em 2023, a 3ª CCR manteve uma tendência de estabilidade na quantidade de procedimentos extrajudiciais submetidos à revisão. Ao longo desse período, observaram-se médias em torno de 140 procedimentos extrajudiciais localizados na 3ª CCR, para revisão. Desde 2021 (período que abrange o atual Colegiado), esses números têm-se mantido nesse patamar³. O gráfico a seguir mostra os dois últimos anos. Os altos e baixos nos números do acervo apenas refletem o caráter cíclico no trabalho do Colegiado, em que aos meses de férias se seguem aumentos do acervo,

3 Sugere-se a consulta aos Relatórios de Atividades de 2019 a 2022, a fim de confirmar a evolução dos números, desde o pico na acumulação de procedimentos no Colegiado em 2018, as diminuições nas entradas de procedimentos em 2019 e 2020, e a estabilidade a partir de 2021.

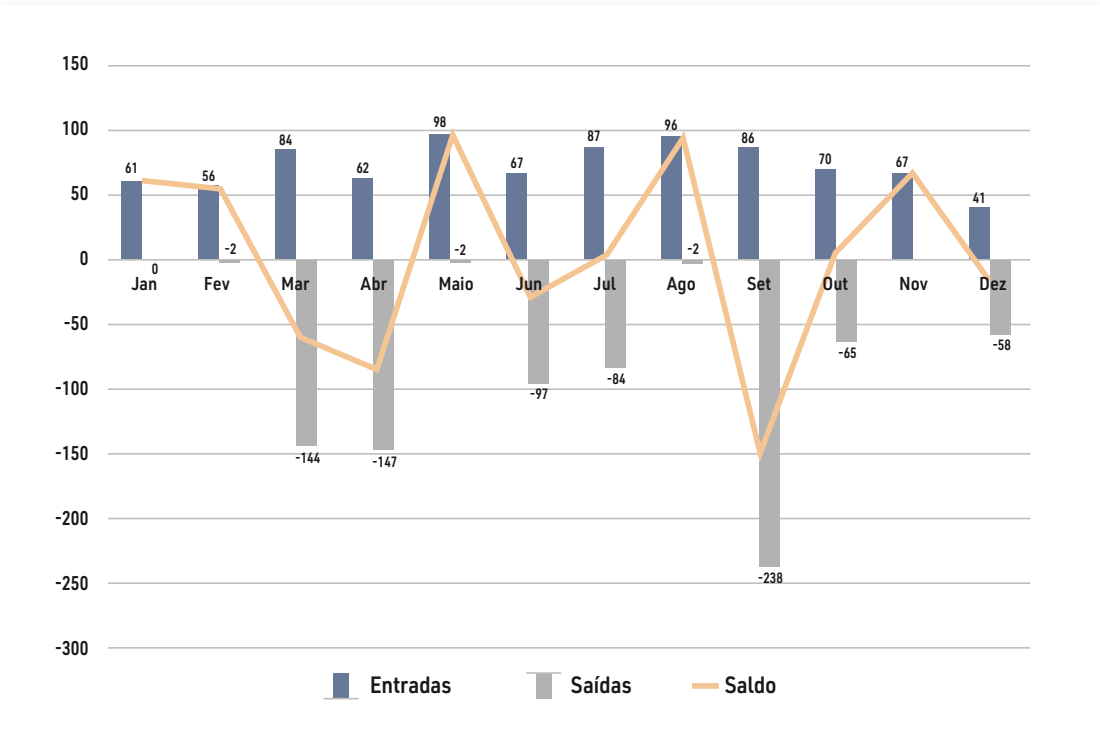
logo em seguida revertidos. Portanto, aqui vale manter em foco a média, em torno de 140 procedimentos ao longo do ano, que se vem mantendo nos últimos anos.

Entradas e Acervos de Procedimentos Extrajudiciais para Revisão 2022-2023



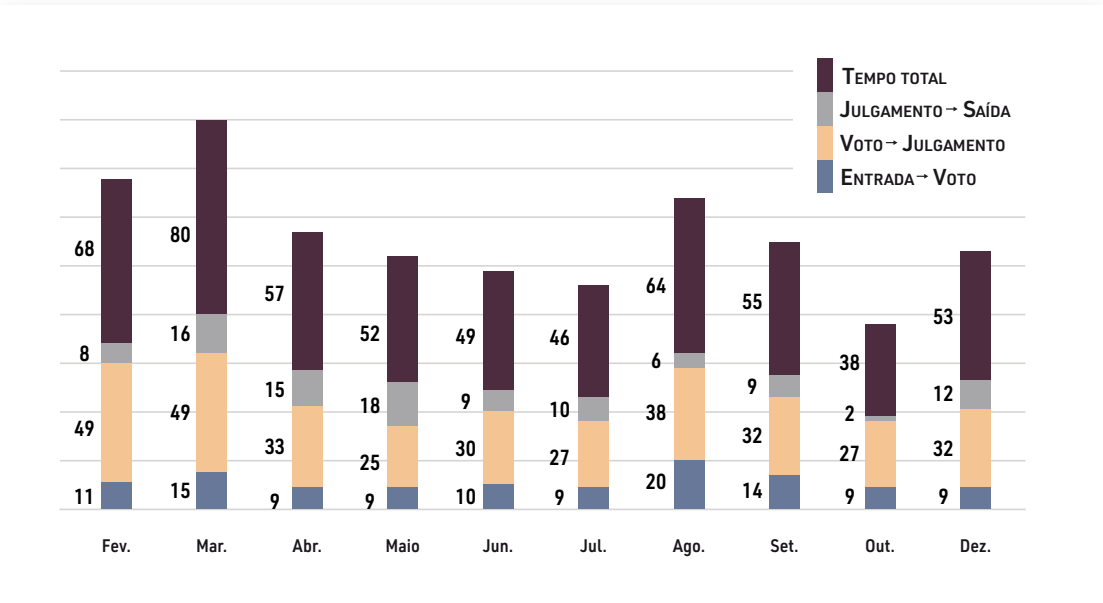
O gráfico seguinte detalha a análise do fluxo de procedimentos pelo Colegiado em 2023. Ao todo, foram 875 entradas e 839 saídas. Vê-se que o total de saídas quase se igualou ao de entradas, ficando pouco abaixo, de modo que a tendência de estabilidade no acervo de procedimentos tem se mantido. A linha amarela mostra a variação mensal, e nela se veem as oscilações normais do acervo de procedimentos, em que os meses sem sessão de deliberação apresentam aumento do estoque e os meses com deliberação costumam apresentar redução. Ao fim de 2023, o acervo residual foi de 140 procedimentos (dos quais 63% haviam entrado na 3ª CCR após o fechamento da pauta da última sessão do ano).

Entradas e Saídas em 2023 (875 entradas e 839 saídas)



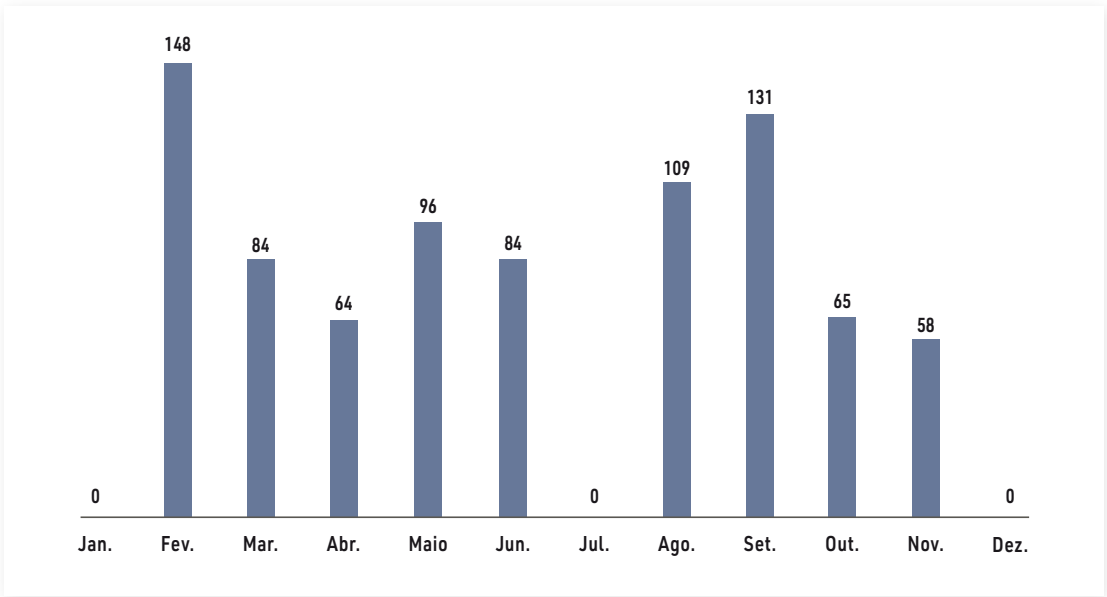
O próximo gráfico calcula o tempo de permanência dos procedimentos que saíram da 3ª Câmara em cada mês de 2023. Além do tempo total de permanência, foram calculados três intervalos referentes à rotina de trabalho: o intervalo entre a entrada e o cadastramento do voto; entre o voto e a sessão de julgamento; e entre o julgamento e a remessa à origem. E aqui é possível confirmar a tendência de estabilização: embora os meses que se seguem aos períodos de férias exibam aumento do tempo de permanência (concentrado no intervalo entre voto até o julgamento), logo em seguida esse tempo total cai entre 40 e 50 dias.

Média, em dias, do tempo de permanência dos procedimentos em 2023



O gráfico a seguir mostra a distribuição das 839 deliberações da 3ª Câmara ao longo do ano⁴. Em janeiro, julho e dezembro, não houve sessão do Colegiado.

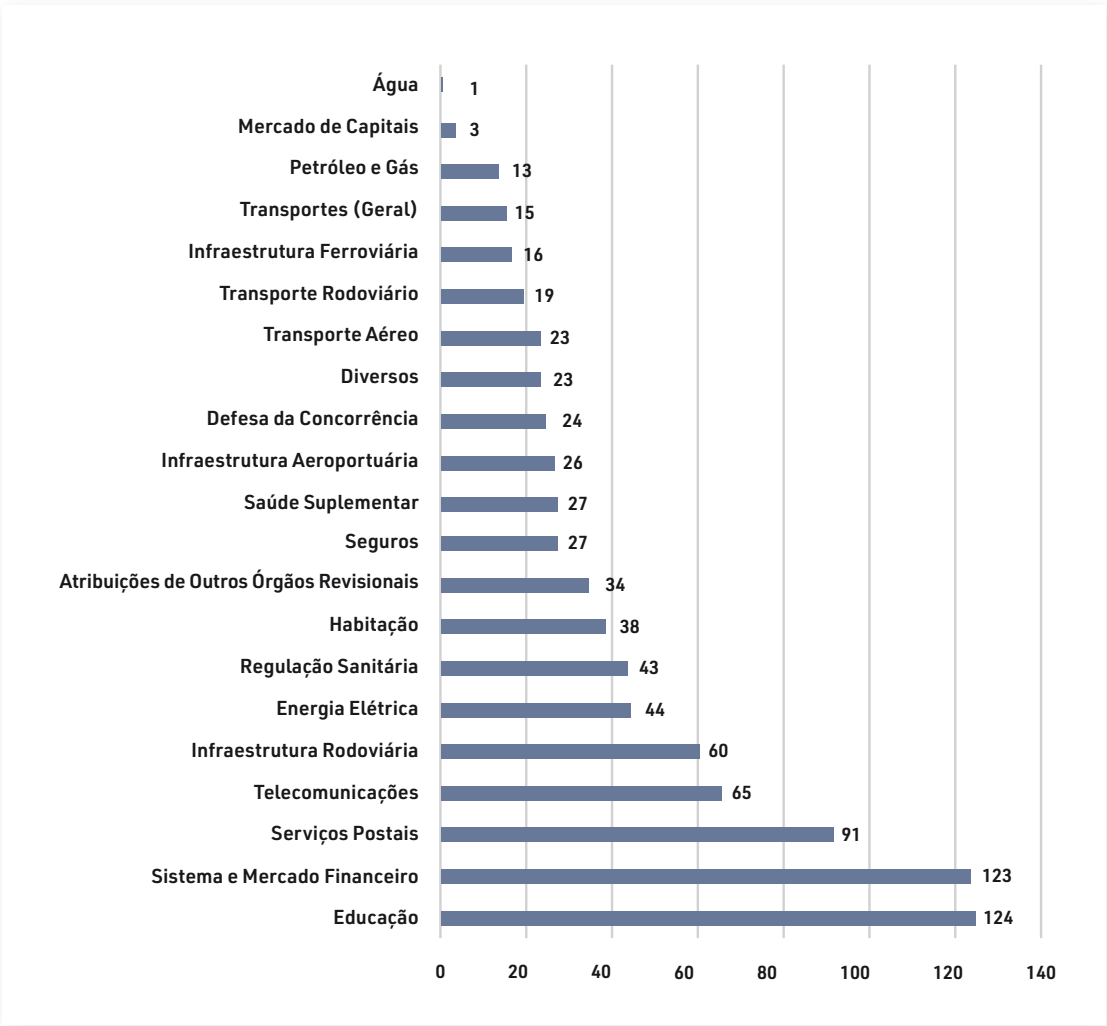
Deliberações ao longo de 2023



As deliberações são a seguir apresentadas conforme os temas identificados nas pautas temáticas das sessões da 3ª Câmara. Aqui cabe uma breve explicação. Uma das dificuldades na análise da atuação do MPF é a classificação temática dos objetos de investigação nos procedimentos extrajudiciais. Apesar da existência da Tabela de Assuntos do MPF/CNMP, há algumas limitações na sua aplicação. Desde 2017, a 3ª Câmara tem produzido uma pauta temática, em que a Assessoria de Revisão reclassifica os procedimentos pautados conforme o setor econômico tratado. A experiência tem mostrado o valor dessa iniciativa⁵. O gráfico seguinte ilustra os dados.

4 Além das deliberações pelo Colegiado, houve 30 decisões monocráticas ao longo de 2023.
5 O valor desse esforço, que tem sido feito mensalmente de forma manual, embasa uma demanda da 3ª Câmara de desenvolvimento, no sistema Único, de recurso que permitirá a todas as Câmaras fazer uma classificação própria dos procedimentos.

Temas deliberados ao longo de 2023 (conforme pautas temáticas)



3.3 Gestão

A atividade de Gestão compreende aspectos relacionados ao gerenciamento da Câmara tanto em relação ao seu planejamento temático quanto aos aspectos administrativos, os quais abarcam a gestão da agenda de trabalhos e eventos, a gestão de pessoas, de materiais e patrimônio, a gestão de documentos, gestão orçamentária e a gestão da informação e do conhecimento.

3.3.1 Agenda de Trabalhos e Eventos

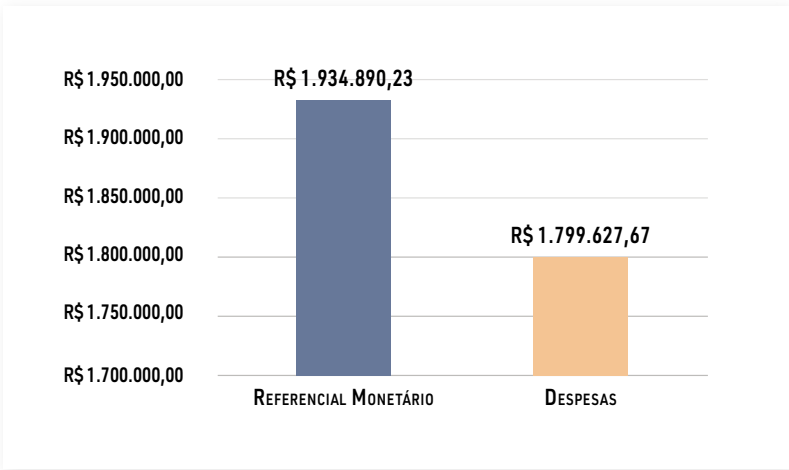
Com o objetivo de promover o desenvolvimento social e econômico do país, o órgão Colegiado centrou esforços no diálogo, na atuação preventiva do Ministério Público Federal (MPF) e na continuidade da agenda de temas prioritários de coordenação.

Mediante participação em audiências públicas, reuniões, atuação dos grupos de trabalho, e *workshops*, a Câmara promoveu debates com várias instituições aspirando a melhorias para o consumidor e a garantia do equilíbrio da economia nacional.

3.3.2 Gestão Orçamentária

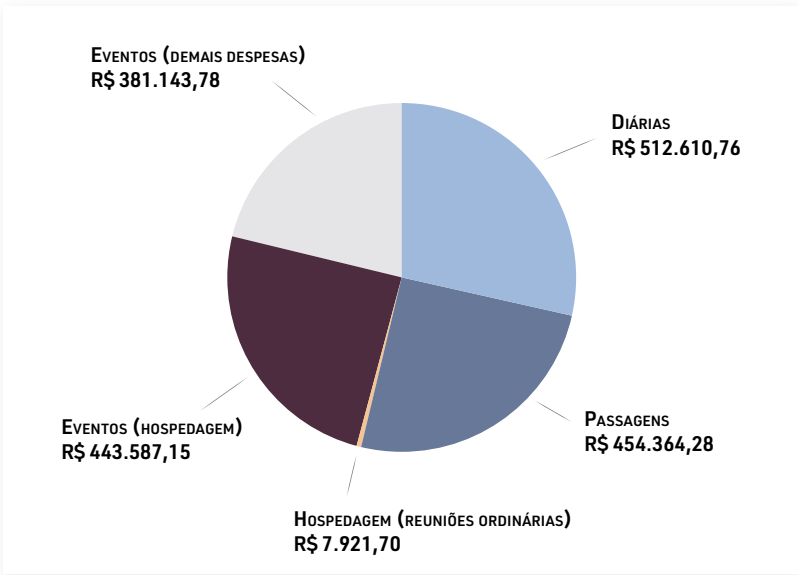
O referencial monetário para o exercício de 2023, destinado ao custeio de despesas de viagens (diárias e passagens) e eventos da 3ª CCR, foi de R\$ 1.934.890,23 (um milhão, novecentos e trinta e quatro mil, oitocentos e noventa reais e vinte e três centavos). O total da despesa realizada foi de R\$ 1.799.627,67 (um milhão, setecentos e noventa e nove mil, seiscentos e vinte e sete reais e sessenta e sete centavos), 93% do referencial monetário, conforme dados extraídos do sistema da Central de Viagens e Eventos.

RM x Despesas



A despesa ficou distribuída conforme ilustra o gráfico a seguir:

Despesa, classificação por tipo



A tabela mostra a distribuição da despesa por categoria:

Relatório de Despesa da UAG entre 1/1/2023 e 31/12/2023				
Categoria	Hospedagem (H)	Passagem (P)	Diárias (D)	Total da categoria (D+P+D)
Diligências Procedimentos Instaurados	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 795,44	R\$ 795,44
Representação Colegiado ou Conselho	R\$ 1.380,00	R\$ 6.386,12	R\$ 5.951,50	R\$ 13.717,62
Grupos de Trabalho	R\$ 5.474,17	R\$ 374.080,68	R\$ 417.578,68	R\$ 797.133,53
Geral	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 198,86	R\$ 198,86
Reunião de Trabalho	R\$ 1.067,53	R\$ 73.897,48	R\$ 88.086,28	R\$ 163.051,29
Totais da UAG: 3ª CAM	(H) R\$ 7.921,70	(P) R\$ 454.364,28	(D) R\$ 512.610,76	(D+P+D) R\$ 974.896,74

Houve também despesas com a realização e participação nos seguintes eventos:

Evento: 3ª CCR – Regulação e Mineração	
Participantes: 18 membros Local: PGR – Espaço Multiúso – Brasília/DF	
Categoria da despesa	Valor total da despesa
Alimentação e Bebidas – em Ambiente Hoteleiro	R\$ 4.202,40
Equipamentos/Material de Consumo/Outros	R\$ 4.957,36
Hospedagem	R\$ 18.876,50
Recursos Humanos	R\$ 11.268,2
Total do evento	R\$ 39.304,46

Evento: 3ª CCR – Workshop GT Planos de Saúde	
Participantes: 23 membros e 7 servidores Local: Rio de Janeiro/RJ	
Categoria da despesa	Valor total da despesa
Alimentação e Bebidas – em Ambiente Hoteleiro	R\$ 12.296,00
Equipamentos/Material de Consumo/Outros	R\$ 15.117,72
Espaço Físico dentro do Ambiente Hoteleiro	R\$ 4.895,08
Hospedagem	R\$ 63.070,00
Recursos Humanos	R\$ 4.950,20
Total do evento	R\$ 100.329,00

Evento: 3ª CCR – Workshop – GT Mercado de Capitais	
Participantes: 26 membros Local: PGR – Espaço Multiúso – Brasília/DF	
Categoria da despesa	Valor total da despesa
Alimentação e Bebidas – em Ambiente Hoteleiro	R\$ 9.105,20
Equipamentos/Material de Consumo/Outros	R\$ 6.483,78
Hospedagem	R\$ 22.274,27
Recursos Humanos	R\$ 14.044,86
Total do evento	R\$ 51.908,11

Evento: 3ª CCR – Amazônia Azul	
Participantes: 38 membros e 9 servidores Local: Salvador/BA	
Categoria da despesa	Valor total da despesa
Alimentação e Bebidas – em Ambiente Hoteleiro	R\$ 17.040,00
Equipamentos/Material de Consumo/Outros	R\$ 58.150,20
Espaço Físico dentro do Ambiente Hoteleiro	R\$ 5.136,20
Hospedagem	R\$ 120.000,00
Recursos Humanos	R\$ 11.680,00
Total do evento	R\$ 212.006,20

Evento: 3ª CCR – GT Transportes	
Participantes: 17 membros Local: Royal Tulip Brasília Alvorada – Brasília/DF	
Categoria da despesa	Valor total da despesa
Alimentação e Bebidas – em Ambiente Hoteleiro	R\$ 18.643,46
Equipamentos/Material de Consumo/Outros	R\$ 9.641,38
Espaço Físico dentro do Ambiente Hoteleiro	R\$ 14.269,36
Hospedagem	R\$ 17.366,38
Recursos Humanos	R\$ 16.357,66
Total do evento	R\$ 76.278,24

Evento: 3ª CCR – GT Tecnologia da Informação e GT Consumidor	
Participantes: 33 membros e 8 servidores Local: Ritz Lagoa da Anta – Maceió/AL	
Categoria da despesa	Valor total da despesa
Alimentação e Bebidas – em Ambiente Hoteleiro	R\$ 31.700,00
Equipamentos/Material de Consumo/Outros	R\$ 26.684,32
Espaço Físico dentro do Ambiente Hoteleiro	R\$ 2.140,00
Espaço Físico fora do Ambiente Hoteleiro	R\$ 4.600,00
Hospedagem	R\$ 90.000,00
Recursos Humanos	R\$ 6.620,00
Total do evento	R\$ 161.744,32

Evento: 3ª CCR – Reunião anual dos Grupos de Trabalho	
Participantes: 59 membros e 9 servidores Local: Wish Natal – Natal/RN	
Categoria da despesa	Valor total da despesa
Alimentação e Bebidas – em Ambiente Hoteleiro	R\$ 28.285,00
Equipamentos/Material de Consumo/Outros	R\$ 24.095,60
Espaço Físico dentro do Ambiente Hoteleiro	R\$ 6.420,00
Espaço Físico fora do Ambiente Hoteleiro	R\$ 4.600,00
Hospedagem	R\$ 112.000,00

Evento: 3ª CCR – Reunião anual dos Grupos de Trabalho Participantes: 59 membros e 9 servidores Local: Wish Natal – Natal/RN	
Categoria da despesa	Valor total da despesa
Recursos Humanos	R\$ 7.760,00
Total do evento	R\$ 183.160,60

Total da UAG em 2023	R\$ 824.730,93
----------------------	----------------

3.3.3 Gestão de Pessoas

Ao final do ano de 2023, a equipe da 3ª CCR era composta por 25 servidores e um colaborador terceirizado, totalizando 26 colaboradores.

Quantidade de colaboradores por assessoria			
Secretaria-Executiva	Assessoria Administrativa	Assessoria de Coordenação	Assessoria de Revisão
3	3	8	9

O índice de rotatividade de colaboradores foi baixo, fato que impacta positivamente no desempenho das atividades desenvolvidas, pois o déficit de colaboradores repercute diretamente no adequado atendimento das demandas apresentadas à Câmara e em todo o contexto de recrutamento, seleção adequada e treinamento e adaptação do novo colaborador.

No concernente à temática treinamento e desenvolvimento, a Secretaria de Gestão de Pessoas (SGP) e a Escola Superior do Ministério Público da União (ESMPU) têm disponibilizado e divulgado, constantemente, diversos cursos a membros e servidores, no intuito de que todos se mantenham atualizados e desenvolvam novos conhecimentos, habilidades e atitudes.

Outro ponto importante diz respeito à avaliação de desempenho funcional dos servidores do Ministério Público Federal. Anualmente, ocorrem dois processos avaliativos – um para servidores que entraram em exercício no primeiro semestre e outro para servidores que entraram em exercício no segundo semestre. A avaliação é realizada pela chefia imediata do servidor.

3.3.4 Gestão de Documentos

O controle da gestão de documentos é feito de forma centralizada pela Assessoria Administrativa. Essa atividade inclui o registro de documentos recebidos e expedidos nos formatos físicos e eletrônicos.

Ao todo, a Câmara recebeu 792 e expediu 2.563 documentos. A tabela a seguir apresenta os dados:

Documentos recebidos e expedidos		
Tipo de documento	Recebido (Quantidade)	Expedido/Produzido (Quantidade)
Aviso	4	-
Ata	1	21
Carta	2	-
Certidão	4	34
Comunicação interna/Comunicado	4	4
Convite	2	6
Decisão	4	840
Deliberação	1	1
Declínio de atribuição	-	-
Digi-denúncia	13	-
Despacho	71	611
Documento diverso	9	28
E-mail (sistema Único)	129	28
Informação	1	53
Intimação	1	-
Memorando	14	13
Memorando circular	33	-
Ofício	260	558
Ofício circular	34	12
Pedido de informação	38	-
Petição eletrônica	46	-

Documentos recebidos e expedidos		
Tipo de documento	Recebido (Quantidade)	Expedido/Produzido (Quantidade)
Portaria	7	48
Promoção de arquivamento	4	2
Relatório	51	188
Representação	2	-
Requerimento	1	19
Solicitação de publicação	56	97

A rotina de gestão documental também inclui comunicações à 3ª CCR de declínio de atribuição, instauração de procedimentos (que abrange instauração de inquérito civil, conversão e procedimentos preparatórios), indeferimento de instauração/arquivamento, prorrogação de prazo, termo de ajustamento de conduta e ação civil pública.

Durante o ano, foram feitas 299 comunicações à Câmara:

Comunicações à 3ª CCR em 2023	
Tipo de comunicação	Quantidade
Declínio de atribuição	44
Indeferimento de instauração/arquivamento	33
Instauração de procedimentos	113
Prorrogação de prazo	109

3.3.5 Gestão de Materiais e Patrimônio

Com a adoção de sistemas de tecnologia da informação para a execução dos trabalhos e do regime de trabalho híbrido (presencial e não presencial) no âmbito do MPF, o consumo de materiais de expedientes tem diminuído consideravelmente na 3ª CCR. Os controles são realizados semanalmente. Isso permite que a Câmara se mantenha abastecida dos materiais de que necessita para a realização das atividades e evita a formação de grandes estoques.

A gestão e o controle do patrimônio são feitos frequentemente pelo setor de gestão patrimonial da Procuradoria-Geral da República.

3.3.6 Gestão da Informação

Criada pela Portaria nº 720, de 10 de agosto de 2015, da Secretaria-Geral do MPF, a Assessoria de Gestão da Informação tem por foco o levantamento, o tratamento, a análise quantitativa e a divulgação de informações para apoio da atividade finalística, extraída de sistemas de informação, ou de bancos e bases de dados, sejam institucionais, setoriais ou externos.

Essa Assessoria foi concebida no contexto da adoção de sistemas de informação, como o MicroStrategy (ferramenta de *Business Intelligence*⁶, o Extractus (ferramenta desenvolvida localmente para a geração de relatórios) e o Aptus (ferramenta de busca capaz de examinar o conteúdo de documentos do sistema Único). Nesse contexto, a 3ª CCR conduziu, de setembro de 2016 a junho de 2018, um projeto para a criação de painéis de B.I., aprovado pela Portaria SG/MPF nº 844, de 6 de setembro de 2016, sob o código P0141. Além disso, a Corregedoria e a Secretaria Jurídica e de Documentação (Sejud) têm produzido painéis e relatórios que são utilizados e reaproveitados pela 3ª CCR. Por fim, a própria Assessoria de Gestão da Informação se capacitou para criar painéis de B.I. e relatórios no Extractus. Sua rotina de trabalho inclui, portanto, a consulta a dados nas fontes mencionadas, por iniciativa própria, por solicitação no interesse da 3ª CCR, ou para elaborar relatórios estatísticos; assim como a manutenção dessas fontes, por conta própria ou mediante solicitação aos setores técnicos (Sejud e Stic).

Acessível por ícone na página da 3ª CCR na intranet, a seleção de painéis validados de interesse da 3ª CCR inclui o acervo de procedimentos distribuídos à revisão da 3ª CCR; o fluxo de entradas

6 *Business intelligence* (BI) is software that ingests business data and presents it in user-friendly views such as reports, dashboards, charts and graphs. BI tools enable business users to access different types of data – historical and current, third-party and in-house, as well as semi-structured data and unstructured data like social media. Users can analyze this information to gain insights into how the business is performing. IBM. **What is business intelligence?** Disponível em: <https://www.ibm.com/topics/business-intelligence>. Acesso em: 14 fev. 2024.

“Business Intelligence (BI) é um software que ingere dados de negócio e o apresenta de formas acessíveis ao usuário, como relatórios, painéis, tabelas e gráficos. Ferramentas de BI permitem a usuários de negócio o acesso a diferentes tipos de dado – históricos e correntes, próprios e de terceiros, assim como dados semiestruturados ou não estruturados, como mídias sociais. Os usuários podem analisar esses dados para tirar conclusões sobre o desempenho do negócio.” (tradução nossa)

e saídas de procedimentos pelo Colegiado da 3ª CCR; o histórico e a produtividade de deliberações pelo Colegiado; o histórico de autuações extrajudiciais e a situação dos procedimentos em andamento na temática da CCR; entre outros.

A Assessoria também prepara, para cada sessão do Colegiado, relatório sobre o acervo de procedimentos submetidos à atividade revisional. Além de prestar informações estatísticas ao Colegiado, os relatórios auxiliam a Assessoria de Revisão no controle do acervo e nas decisões estratégicas de prioridade e pauta. Em 2023, foram preparados nove relatórios desse tipo, correspondentes às nove sessões do ano.

Um dos desafios enfrentados pela 3ª CCR, sobretudo em sua atividade de coordenação, é a identificação detalhada dos temas tratados em procedimentos extrajudiciais e processos judiciais de interesse à sua temática. A dificuldade decorre, em parte, da vasta multiplicidade de assuntos enfrentados pelo Ministério Público (inclusive no âmbito da Ordem Econômica e da Defesa do Consumidor); o que prejudica a utilidade da Tabela de Assuntos do MPF/CNMP, a qual, por limites pragmáticos, não pode detalhar a classificação muito além do setor econômico ou da tipificação legal da conduta. De fato, a Tabela de Assuntos, além de ser utilizada em todo o Ministério Público brasileiro (com alguns acréscimos próprios no âmbito do MPF), é utilizada, em versão paralela e, na maior parte, semelhante, no Judiciário.

Por ser utilizada por tantos profissionais, em áreas diversas da aplicação do Direito, a tabela tem limites e dificilmente poderia ser estendida ou reformada a fim de atender às necessidades de um setor especializado. Por esse motivo, esta Assessoria tem articulado o emprego das ferramentas disponíveis no sentido de pesquisar, agrupar e descrever procedimentos extrajudiciais semelhantes pelo fato examinado, discriminando feitos em andamento, decisões colegiadas recentes e ações judiciais referenciadas.

Nesse sentido, foram produzidos 25 relatórios temáticos em 2023:

Data	Etiqueta	Conteúdo
2/3/2023	PGR-00084007/2023	Educação (extrajudicial)
27/3/2023	PGR-00116445/2023	Educação (judicial)
11/4/2023	PGR-00133975/2023	Sistema Financeiro Nacional (judicial)
12/4/2023	PGR-00135777/2023	Habitação (judicial)
13/4/2023	PGR-00137362/2023	Seguros (judicial)

Data	Etiqueta	Conteúdo
20/4/2023	PGR-00149856/2023	Sistema Financeiro Nacional (extrajudicial)
3/5/2023	PGR-00164194/2023	Ações ajuizadas em temas da 3ª CCR entre 1º jan. 2022 e 25 abr. 2023
4/5/2023	PGR-00165502/2023	Transporte rodoviário (extrajudicial)
23/5/2023	PGR-00193974/2023	Habitação (extrajudicial)
9/6/2023	PGR-00215240/2023	Telecomunicações (judicial)
13/6/2023	PGR-00218488/2023	Energia elétrica (extrajudicial)
30/6/2023	PGR-00242663/2023	Telecomunicações (extrajudicial)
30/6/2023	PGR-00242800/2023	Transporte rodoviário (judicial)
13/7/2023	PGR-00257797/2023	Ação Coordenada de Telefonia (extrajudicial e judicial)
3/8/2023	PGR-00277313/2023	Cadastro Ambiental Rural (extrajudicial)
10/8/2023	PGR-00291113/2023	Sistema Financeiro Nacional (extrajudicial)
25/8/2023	PGR-00310939/2023	Estatísticas de atuação extrajudicial desde 2015, incluindo envios às CCRs e PFDC
28/8/2023	PGR-00311363/2023	Energia elétrica (judicial)
24/10/2023	PGR-00403904/2023	Cadastro Ambiental Rural (deliberações das CCRs)
26/10/2023	PGR-00409960/2023	Educação (extrajudicial)
30/10/2023	PGR-00412328/2023	Serviço Postal (extrajudicial)
6/11/2023	PGR-00418436/2023	Energia elétrica (extrajudicial)
16/11/2023	PGR-00434352/2023	Sistema Financeiro Nacional (extrajudicial)
11/12/2023	PGR-00470082/2023	Saúde suplementar (extrajudicial)
19/12/2023	PGR-00481743/2023	Seguro rural (extrajudicial e judicial)

4 ATUAÇÃO PARA 2024

A 3ª Câmara de Coordenação e Revisão realizou, nos dias 5 a 7 de dezembro de 2023, reunião presencial de seus grupos de trabalho para compartilhar experiências de trabalho e planejar as ações dos GTs para o próximo ano. Estiveram presentes quatro membros do Colegiado da 3ª CCR, e, no total, o evento contou com a participação de 67 pessoas, entre membros do MPF e servidores da 3ª CCR.

As ações definidas por cada Grupo de Trabalho orientarão o trabalho dos respectivos grupos ao longo de 2024. Sua implementação se dará por intermédio de instauração de procedimentos de acompanhamento e de realização de reuniões e eventos, que serão avaliados semestralmente em reuniões entre os GTs e a coordenação da 3ª Câmara.

